

## **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E A SUBJETIVIDADE: REPENSANDO OS PROCESSOS EDUCATIVOS**

Francisco Roberto Diniz Araújo

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - [robertodinizeemd@hotmail.com](mailto:robertodinizeemd@hotmail.com)

Aparecida Suiane Batista Estevam

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - [suianebatista@gmail.com](mailto:suianebatista@gmail.com)

Bruna Bonivais de Oliveira

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – [brunabonivais@gmail.com](mailto:brunabonivais@gmail.com)

### **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo investigar as concepções de avaliação e suas subjetividades utilizadas no cotidiano escolar, como instrumento que desencadeará o aluno no seu desenvolvimento cognitivo, e como apoio didático para o professor no exercício de sua prática pedagógica. Dessa forma, identificaram-se os fatores que interferem nesse processo, caracterizando as práticas avaliativas e subjetivas dos docentes no meio escolar visando à melhoria do processo ensino aprendizagem. As discussões em torno da avaliação levaram a uma reflexão crítica da sua função e importância no processo ensino/aprendizagem. O processo avaliativo não pode ser analisado isoladamente, é fundamental observar o contexto social da escola, do aluno e da sociedade. Portanto, surge no cotidiano da sala de aula a necessidade de o educador repensar suas práticas avaliativas.

**Palavras-chave:** Avaliação, Subjetividade, Ensino, Aprendizagem, Práticas educativas.

### **Introdução**

A discussão apresentada acerca desta temática se propõe a elencar aspectos da prática avaliativa subjetiva relacionada com a concepção de educação que abarca o exercício profissional docente nos processos educativos. Dessa forma, a avaliação não pode ser conceituada como uma ação singular, mas precisa ser integrada num contexto complexo que influencia o processo educativo, favorecendo assim a aquisição dos conhecimentos.

A avaliação representa um dos aspectos relevantes ao alcance de uma prática pedagógica eficiente. Contudo, trata-se de uma temática relevante, que tem sido alvo de constantes mutações por enfatizar prioritariamente no seu contexto técnico, tradicional, utilizando instrumentos vagos de significado, necessitando buscar outras dimensões que o torne um processo dinâmico que realmente contribuía para a aquisição de conhecimentos. Desenvolvida pelo docente deverá possibilitar a aprendizagem significativa e a própria formação do educando. A importância dessa metodologia associada ao ensino está em provocar uma reflexão em torno dos dois aspectos que envolvem a

prática de avaliação. Assim, é preciso considerar na prática avaliativa a existência de ambos os aspectos, que são por sua vez, respaldados pela própria legislação: um no que tange ao aspecto quantitativo e outro que considera o qualitativo. De acordo com essa teoria, consideramos que ambos os aspectos podem se complementar no decorrer do processo ensino/aprendizagem, desvendando uma ruptura que leva a construção do conhecimento dos educandos.

Portanto, o processo avaliativo não é uma simples atividade neutra ou destituída de intencionalidade, mas sim um exercício que nos faz compreender as políticas legais e por meio de estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das ciências uma vez constituídas para esse fim, um embasamento teórico que tem como base os mecanismos supracitados, uma vez que visam à concretização do processo ensino/aprendizagem, obrigatório na prática pedagógica docente onde a avaliação se subscreve.

Portanto, constitui o objetivo geral deste trabalho investigar as concepções de avaliação utilizadas no cotidiano escolar, como instrumento que desencadeará o aluno no seu desenvolvimento cognitivo, e como apoio didático para o professor no exercício de sua prática pedagógica. Os objetivos específicos que completam essa abordagem são: analisar o papel da avaliação no âmbito escolar por meios das atividades propostas em sala de aula; apresentar as diversas compreensões sobre a temática com base na teoria de autores que encenam a discussão e por fim, compreender como docentes, alunos e comunidade escolar definem o processo de avaliação da aprendizagem.

A metodologia adotada neste estudo partiu primeiramente da escolha sobre o tema, recorreu-se a autores como: González Rey (2003), Haydn (2002), Luckesi, (2003), Morin (2002) Perrenoud (1999), entre outros que possuem experiência e dedicação consideráveis à investigação do objeto em estudo. Assim, procurou identificar as formas de inserção do processo de avaliação da aprendizagem e suas subjetividades em sala de aula. O método de análise das pesquisas bibliográficas é delimitado por diversas correlações com a teoria construtivista que se harmoniza para a realização de um estudo interpretativo e analítico.

A partir deste estudo, a concepção docente acerca da prática subjetiva avaliativa será repensada e esperamos que esta premissa contribua para a melhoria da prática avaliativa dos professores que exercem sua função, e assim, favoreça a escola ofertando um ensino de qualidade a seus alunos, uma vez que eleve o paradigma da educação através do trabalho com avaliação.

Como se observa a avaliação assume papel relevante no processo ensino- aprendizagem, razão majoritária pela escolha desse tema. Observa-se que a avaliação se constitui como um dos

aspectos mais complexos da prática pedagógica e mais polêmica no contexto educacional, pois medir, testar e avaliar compreendem ações distintas, muitas vezes confundidas por alguns professores no cotidiano escolar. Neste sentido, surge a necessidade de vivenciar um processo avaliativo de modo subjetivo, objetivando não correr o risco de apenas medir o comportamento do aluno, mas, também observar as mudanças qualitativas nas aprendizagens.

Baseando-se na concepção detectada no processo avaliativo utilizado nas escolas, observa-se a importância e a necessidade de refletir sobre a prática avaliativa com o intuito de melhorar o fazer pedagógico dos professores na construção do conhecimento da educação.

### **A subjetividade em consonância com o processo avaliativo**

Expor sobre o tema da subjetividade imbricada com o processo de avaliação nos reporta a compreensão da amplitude do sistema educacional. Para tanto, faz-se necessário conceituarmos a subjetividade, bem como a avaliação e apontar as relações que essas duas premissas contribuí para a efetivação da aprendizagem significativa ao educando.

Assim, Clot (1995, p. 8), concebe a subjetividade conjunta a uma ação e, no entanto, devemos pensá-la como um “engajamento de valores do sujeito na atividade”. A subjetividade compreende inicialmente uma aproximação inerente, ou seja, “o engajamento de valores de um sujeito em sua atividade, é o objeto de solicitações diversas, porém fortemente convergentes”.

A ideia atrelada a essas vertentes está diretamente relacionada à própria concepção de educação. Nessa perspectiva, a princípio, é preciso priorizar a apresentação de alguns conceitos relevantes a essa temática, com o intuito de elevar a compreensão da dimensão, bem como as implicações na prática docente.

Conforme elenca Libâneo (1994, p.195), esse processo “é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias”.

Nesse sentido, avaliar subjetivamente deve ser parte integrante de todo processo educativo, uma vez que passamos a tê-la como um elemento essencial no desenvolvimento da aprendizagem discente.

Segundo a concepção dada à avaliação por Perrenoud (1999, p. 23), “mesmo que se diferenciem as intenções e as palavras, por um lado na observação, no feedback, na regulação e, por outro, na medida imparcial dos conhecimentos e das competências adquiridas, não se impedirá essas duas lógicas de coexistirem, praticamente, na escola e na aula, as vezes em harmonia, com mais frequência se opondo mutuamente”.

Arelada a esse construto sobre a avaliação, segundo o autor, é possível perceber a dissociação no ato de acompanhar e retomar o processo de construção dos saberes com a intenção de constatar o nível de conhecimento adquirido pelo educando. Portanto, os conceitos expostos à avaliação, de modo subjetivo, estão interligados diretamente a prática avaliativa e educativa, constituindo-se simultaneamente mediante um conjunto de ações que se encerram completando assim o processo ensino/aprendizagem.

Ainda conforme Perrenoud (1999), as atividades de observação, não excluem o ato de medir parcialmente os conhecimentos adquiridos pelos discentes, mesmo reconhecendo que no processo avaliativo é mais comum à ocorrência do distanciamento que a aproximação entre as premissas elencadas nesse contexto. Isso nos permite compreender que a avaliação no âmbito escolar, é concebida sob dois objetivos considerados fundamentais a prática pedagógica. Ambos os objetivos atendem a exigência da formação singular do educando em sua total complexidade, uma vez que o sistema educacional é comprometido com uma educação social e integral que visa à atuação cidadã do sujeito no cenário em que está imerso.

Portanto, “a avaliação apresenta-se como meio constante de fornecer suporte ao educando no seu processo de assimilação dos conteúdos e no seu processo de constituição de si mesmo como sujeito existencial e como cidadão” (LUCKESI, 2003, p.174).

Assim, a avaliação da aprendizagem constitui um ato intrínseco, subjetivo, de modo a incluir o educando no seu curso de aprendizagem, cada vez mais com qualidade satisfatória, bem como na medida em que o inclui entre os que são bem-sucedidos, devido ao fato de que esse sucesso foi construído ao longo do processo de ensino/aprendizagem. “A construção, para efetivamente ser construção, necessita incluir, seja do ponto de vista individual, integrando a aprendizagem e o desenvolvimento do educando, seja do ponto de vista coletivo, integrando o educando num grupo de iguais, o todo da sociedade” (LUCKESI, 2003, p.175).

A prática avaliativa faz uso da subjetividade, uma vez que assume um caráter reflexivo, voltado para o próprio sujeito que se avalia e é avaliado simultaneamente, contudo, considera-se como dever avaliar as diversas funções atribuídas ao educador neste meio. Diante dessa conjuntura,

o docente oportunizará ao aluno a apreensão e a construção de conhecimentos necessários para a sua formação humana.

Segundo Vasconcellos (2006) transformar o que se propõe concebe uma privilegiada oportunidade de interação entre o educando e o educador, ou entre os próprios educandos, de modo a superar suas hipóteses em direção a outras mais complexas e abrangentes.

Avaliar subjetivamente no ambiente escolar requer a adoção de outro objetivo que vai ao encontro das exigências das políticas públicas implantadas na sociedade vigente. A educação formal exige uma maior atuação do professor no tocante ao processo avaliativo. Este, procura verificar e mensurar o aprendizado do educando, apresentando quantitativamente os resultados obtidos por meio dos exames pertinentes ao grau de sua aprendizagem. Atestamos que tais exames ou testes, na maioria das vezes, não contribuem para a construção do conhecimento do aluno, que acaba memorizando o conteúdo a ser avaliado, deixando de desenvolver a aprendizagem efetiva, fundamental em seu processo acadêmico. Avaliar a aprendizagem é um método complexo. No entanto, ela pode ser feita de diversas formas e com instrumentos variados, sempre procurando despertar no aluno uma aprendizagem concreta mediante o meio aplicado para o fim proposto.

Sabemos que no meio escolar, em nossa cultura, a prova escrita é o método mais aplicado para avaliar os saberes discentes. Neste âmbito, conforme ressalta Moretto (2003, p. 95-96) “[...] em lugar de apregoarmos os malefícios da prova e levantarmos a bandeira de uma avaliação sem provas, procuramos seguir o princípio: se tivermos que elaborar provas que sejam bem feitas, atingindo seu real objetivo, que é verificar se houve aprendizagem significativa de conteúdos relevantes”.

O autor ainda explana a questão da memorização presente no cenário escolar, demarcando um método tradicional que destaca a figura do professor como o centro do processo educativo que cumpre objetivos traçados pela escola e pela sociedade, priorizando a educação formal e bases como a família e a igreja. A preocupação na transmissão do conhecimento é o quanto se pode acumular, bem como a referência ao passado como modelo a ser seguido e ainda como lição para o futuro. “Este tipo de concepção da educação é encontrado em vários momentos da história, permanecendo atualmente sob diferentes formas” (MIZUKAMI, 1986).

Para transformar esse contexto tradicional do ensino é preciso que o educador ao elaborar as provas, procure formular questões que exigem menos memorização, e se atente em detrimento as habilidades e competências que necessitam de raciocínio e reflexão.

Nessa perspectiva, Caldeira (2000, p. 122):

[...] em qualquer nível de ensino em que ocorra, a avaliação não existe e não opera por si mesma; está sempre a serviço de um projeto ou de um conceito teórico, ou seja, é determinada pelas concepções que fundamentam a proposta de ensino, como afirma: A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica.

Assim como explana o texto acima, mesmo diante de tantas mudanças que norteiam o processo de ensino atualmente, é comum ainda observarmos que os educadores, normalmente tendem a direcionar seus esforços ao aspecto quantitativo da avaliação, valorizando e investindo menos no aspecto qualitativo, diagnóstico do desenvolvimento dos alunos (MORETTO, 2003). Segundo o autor, as atividades que demandam subjetividades, requer um direcionamento mais exaustivo na correção, pois a avaliação é de modo qualitativo exigindo maior dedicação por parte dos mesmos neste processo.

Rabelo (1999, p.12), sobre a avaliação pontua:

[...] enquanto o objeto com possibilidades diagnósticas, vinculada ao processo de ensino e de aprendizagem precisamos elaborar um projeto de avaliação que em primeira instancia, e através dos instrumentos nele instituído, possa servir a todo instante como feedback para avaliar não só o aluno, seu conhecimento, mas também toda uma proposta da escola, possibilitando, assim, validar e/ ou rever o trabalho pedagógico a cada momento em que isto se fizer necessário.

As considerações suscitadas pelo autor sobre a avaliação concebem esse processo como um instrumento de intervenção no planejamento do educador, abrangendo essa ação por toda comunidade escolar, em sincronia com as diretrizes elucidadas na proposta que compõe o Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino. Com vista no Projeto Político Pedagógico comprometido com uma concepção cidadã dos sujeitos envolvidos neste campo é necessário admitir que o aspecto quantitativo da avaliação deva complementar o qualitativo, salientando que ambos são necessários e integram o processo de escolarização e formação do educando aprendiz. As abordagens acerca da avaliação quantitativa têm por intento à promoção do aluno para o prosseguimento serial que o desloca para nível posterior mediante os resultados obtidos em média para concretizar essa ação, uma vez que a entidade de ensino atende as exigências promulgadas na legislação educacional. Ainda nesse viés discursivo, vale salientar que a avaliação quantitativa desenvolvida pelos docentes deve considerar a verificação da aprendizagem mediante provas de desempenho, não mais poderá continuar a ser utilizada para classificar e selecionar alunos, mas terá

a finalidade principal de complementar o método qualitativo à medida que os resultados obtidos nas provas sejam satisfatórios, concebendo ao educador uma reflexão frente a sua atuação pedagógica.

Como promulgado na LDB – Lei 9394/96 em seu art. 24, inciso V, alínea a: “a avaliação continua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;” Percebe-se, que a lei ao assegurar a avaliação na perspectiva qualitativa, conseqüentemente está prevendo a necessidade de uma ação diagnóstica no processo avaliativo. Essa medida implicará em resultados positivos, considerando que durante o processo é possível identificar as dificuldades e propiciar as intervenções necessárias para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

Nesse sentido, Luckesi (2003), elucida que o exercício docente deve estar direcionado na constante busca pela efetivação da aprendizagem discente. O professor não pode ter a incumbência simplesmente de transmitir os conteúdos culturalmente acumulados e sistematizados. Essa ação favorece a formação de um tipo de ser humano descontextualizado com a realidade atual. No entanto, é fundamental que haja a articulação do conhecimento com a vida. O fenômeno educativo é único em cada momento histórico e para cada indivíduo. Ele é pluridimensional, pois assume uma dimensão para cada contexto.

## **Resultados e discussões**

A partir da literatura apresentada sobre as concepções teóricas referentes às funções da avaliação e suas subjetividades atreladas à prática cotidiana do professor em sala de aula, remetamos a seguinte indagação: Como o professor pode utilizar os resultados da avaliação na sua prática diária de forma subjetiva?

Ao nos reportarmos ao processo de avaliação concernente ao ensino-aprendizagem, estamos nos referindo à verificação do nível de aprendizagem dos alunos, isto é, o que os alunos aprenderam. Mas por quê? E para quê?

A avaliação apresenta três funções distintas: Diagnóstica, formativa e somativa. Inicialmente, cabe-nos fazer a distinção entre o conceito de avaliação formativa e somativa, segundo Michael Ecriven, que utilizou tais definições em um estudo que se tomou clássico, a avaliação do currículo.

Segundo Haydt, (2002. p. 17) “Pela avaliação diagnóstica, o professor constata se os alunos estão ou não preparados para adquirir novos conhecimentos e identifica as dificuldades da aprendizagem”.

A função diagnóstica observada no âmbito escolar refere-se àquela realizada no início de um curso, período letivo ou unidade de ensino, com a intenção de constatar se os alunos apresentam ou não o domínio dos pré-requisitos necessário, isto é, se possuem os conhecimentos e habilidades imprescindíveis para as novas aprendizagens. Também podemos acrescentar que essa premissa é utilizada para caracterizar eventuais problemas de aprendizagem e identificar suas possíveis causas, numa tentativa de saná-las.

A função formativa, com função de controle, é realizada durante todo o decorrer do período letivo, com o intuito de verificar se os alunos estão atingindo os objetivos previstos. Portanto, a avaliação formativa visa, fundamentalmente, “determinar se o aluno domina gradativa e hierarquicamente cada etapa da instrução”, porque “antes de prosseguir para uma etapa subsequente de ensino — aprendizagem, os objetivos em questão, de uma ou de outra forma, devem ter seu alcance assegurado”. É principalmente através da avaliação formativa que o aluno conhece seus erros e acertos e encontra estímulo para um estudo sistemático. Essa modalidade de avaliação é basicamente orientadora, pois orienta tanto o estudo do aluno como o trabalho do professor. Por isso, a avaliação formativa, pode ser utilizada como um recurso de ensino e como fonte de motivações, tendo efeitos altamente positivos e evitando as tensões que usualmente a avaliação causa.

A avaliação somativa, com função classificatória, realiza-se ao final de um curso, período letivo ou unidade de ensino, e consiste em classificar os alunos de acordo com níveis de aproveitamento previamente estabelecidos, geralmente tendo em vista sua promoção de uma série para outra, ou de um grau para outro.

Um dos propósitos da avaliação com função diagnóstica é informar o professor sobre o nível de conhecimento e habilidades de seus alunos, antes de iniciar o processo ensino-aprendizagem, para determinar o quanto progrediu depois de certo tempo. Portanto, o professor precisa, antes de tudo, verificar se seus alunos dominam ou não os pré-requisitos necessários para as novas aprendizagens, isto é, se apresentam as habilidades e os conhecimentos prévios necessários, sem os quais não poderão vencer a programação da série. É através dessa avaliação inicial, com função diagnóstica, que o professor vai determinar quais os conhecimentos e habilidades devem ser retomadas, antes de introduzir os conteúdos programáticos específicos da série.

O propósito fundamental da avaliação formativa é verificar a consecução e o alcance dos objetivos, isto é, verificar se o aluno está dominando gradativamente os objetivos previstos, que se traduzem em termos de informações, habilidades e atitudes. Ao iniciar um período letivo ou uma unidade de ensino, o professor estabelece quais são os conhecimentos que seus alunos devem adquirir, bem como as habilidades e atitudes a serem desenvolvidas. Esse conhecimento, habilidades e atitudes devem ser constantemente avaliados durante a realização das atividades e ensino e aprendizagem, fornecendo informação tanto para o professor como para o aluno acerca do que já foi assimilado e do que mais precisa ser dominado.

Se a avaliação permite verificar diretamente o nível de aprendizagem dos alunos, permite também, indiretamente, determinar a qualidade do processo de ensino, isto é, o êxito do trabalho do professor. Nesse sentido, a avaliação tem uma função de realimentação dos procedimentos de ensino à medida que fornece dados ao professor para um replanejamento do trabalho docente, ajudando-se a melhorar o processo ensino-aprendizagem.

A relação entre os resultados sobre a aprendizagem e os procedimentos de ensino foi claramente elucidada. Quando a classe, durante ou ao final de uma unidade de ensino, é submetida a uma avaliação, e os alunos apresentam respostas subjetivas que traduzem um bom nível de aproveitamento, o professor tende a concluir que seus procedimentos de ensino foram adequados. Da mesma forma, quando a classe é submetida a uma avaliação e um número elevado de alunos não apresenta um bom desempenho, o professor deve, em primeiro lugar, questionar a eficácia do seu trabalho didático. Como poderá motivar mais seus alunos? Deverá redefinir os conteúdos programáticos? Utilizar procedimentos mais eficazes para introduzir os conteúdos? Sua linguagem está adequada aos alunos, suas explicações estão sendo devidamente compreendidas? Ele exige apenas informações memorizadas, ou permite que seus alunos descubram novas formas de aplicar as noções aprendidas em situações variadas? Essas perguntas e outras mais o professor pode fazer a si mesmo, na tentativa de repensar o seu trabalho em sala de aula. Cabe a ele planejar a sua atuação didática, verificando de que forma pode aperfeiçoá-la, para que seus alunos obtenham mais êxito na aprendizagem.

Na constância, verificamos que mesmo contendo um grupo de alunos que apresentam resultados não satisfatórios no processo avaliativo, antes de considerar que o problema está no próprio aluno, o professor questiona se a causa desse desempenho não estaria no seu modo de ensino, que não logrou êxito com os educandos. Pode ocorrer que seus métodos e técnicas de trabalho estejam adequados aos alunos que já apresentam uma boa base cognitiva, mas não sejam

suficientemente eficazes para garantir a aprendizagem dos alunos considerados fracos, que precisam de maior atenção. Sabemos que não existem verdades absolutas, nem uma receita única de educação. O sucesso do nosso trabalho depende, em grande parte, da adequação das estratégias de ensino às características de cada classe, isto é, às necessidades, ao ritmo e ao nível de aprendizagem dos alunos.

Como exposto anteriormente, a avaliação com função diagnóstica permite determinar a presença ou ausências dos pré-requisitos necessários para que as novas aprendizagens possam efetivar-se as dificuldades de aprendizagem, tentando discriminar e caracterizar suas possíveis causas.

Algumas dificuldades são de natureza cognitiva e têm sua origem no próprio processo ensino-aprendizagem. Sendo assim, as dificuldades que têm sua origem no próprio processo ensino-aprendizagem, e dele são decorrentes, devem ser sanadas através de um trabalho contínuo e sistemático de recuperação, pois sua solução é da estrita competência do professor.

O aluno pode, também, apresentar dificuldade de natureza afetiva e emocional, decorrente de situações conflitantes por eles vivenciadas em casa, na escola ou com seu grupo de colegas. Esses problemas de ordem afetiva e emocional podem se manifestar no comportamento do aluno em sala de aula, interferindo no processo ensino-aprendizagem. É o caso do aluno muito inquieto e indisciplinado que se recusa a fazer as atividades escolares e briga constantemente com os colegas. As causas dessa atitude podem ser as mais variadas. Cabe ao professor investigar. Vamos citar aqui apenas um exemplo dentre as muitas causas possíveis: esse comportamento pode ter-se originado no fato de o aluno não se sentir seguro em sua aprendizagem diante dos seus companheiros; assim, tenta compensar dessa forma — chamando constantemente a atenção do professor e dos colegas — o sentimento de rejeição.

### **Considerações Finais**

A discussão que suscitou este artigo deu-se a partir da reflexão entre os autores escolhidos confirma-se uma prerrogativa a respeito da avaliação quando esta é colocada como parte, essencialmente, integrante do processo educativo. E que, também, de forma subjetiva, oferece subsídios para a ação e reflexão face às práticas pedagógicas, metodológicas e curriculares neste processo.

Compreende-se a avaliação e a subjetividade ao longo desse estudo como um processo abrangente, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências e dificuldades a fim de possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos que impedem a aprendizagem dos alunos. A avaliação contínua e progressiva é necessária para acompanhar o desenvolvimento dos discentes e ajudá-los a sanar suas eventuais dificuldades.

No entanto, é necessário desenvolver uma cultura coerente nos ambientes formais de educação, ou seja, uma coerência entre a concepção de educação, a prática educativa desejada, a prática educativa efetiva e a avaliação. Na busca por essa ação educadora há que repensar não só a prática, mas fundamentalmente os pressupostos epistemológicos que a permeiam.

A avaliação não deve ser construída isoladamente do processo de aprendizagem e, ainda mais, ela deve oportunizar um momento de aprendizagem desconstruindo os mitos que historicamente foram acumulados pela sociedade escolar. Entretanto, não deve ser considerada como um apêndice do processo de ensino-aprendizagem, como algo que tem algum contato com o processo, mas que tem a função de verificar os conhecimentos adquiridos no decorrer dos estudos acadêmicos. Ela deve ser compreendida e utilizada de maneira a estar apropriada pelo processo, como algo integrado, do qual se sabe o verdadeiro propósito.

Portanto, é por meio das metodologias e dos processos avaliativos utilizados que o educador irá participar da reprodução ou transformação da sociedade na qual estamos inseridos, podendo formar, ou não, sujeitos críticos e emancipados para que possam nela conviver igualmente.

A avaliação da aprendizagem no âmbito escolar é uma atividade fundamental no exercício docente. É uma ação que diagnostica as possíveis dificuldades de aprendizagem e que podem ser sanadas diante dessa prática. As condições observadas por meio desse processo requerem o elencar de objetivos propostos, para obtermos os avanços almejados no tocante a aquisição da aprendizagem.

Dessa forma, esse processo assume papel importante no processo ensino/ aprendizagem, pois se constitui de aspectos complexos da prática pedagógica e intensas discussões no contexto educacional. Ao medir, testar e avaliar ações distintas pertinentes a formação educacional, são muitas vezes usados com métodos tradicionais por alguns professores no cotidiano escolar. Nessa perspectiva, surge a necessidade de vivenciar um processo avaliativo mais eficaz, objetivando não

correr o risco de apenas medir o comportamento do aluno, mas, especialmente observar as mudanças qualitativas na construção de sua aprendizagem.

Portanto, consiste em um momento de aprendizagem que permite repensar e mudar a ação, um instrumento de comunicação que facilita a construção do conhecimento em sala de aula.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**. Brasília, DF, 1996.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Avaliação e processo de ensino aprendizagem**. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 3, p. 53-61, set./out. 1997.

CLOT, Yves. **Le travail sans l'homme?** Pour une psychologie des milieux de travail et de vie. Paris: La Découverte, 1995. (Tradução de Regina Célia Pereira Campos)

GONZALEZ REY, F. L. **Sujeito e subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Cortez Editora: São Paulo, Coleção Magistério 2º Grau Série Formando Professor, 1994.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática**. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

MIZUKAMI, M. G. N. Ensino: **As abordagens do processo. Temas básicos de Educação Ensino**. São Paulo. EPU. 1986.

MORETTO, Vasco Pedro. **Construtivismo a produção do conhecimento em aula**. DP&A Editora, RJ, 2003.

MORIN, E. **A religião dos saberes: o desafio do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação Novos Tempos Novas Práticas**. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VASCONCELOS, Eymar Mourão; SIMON, Eduardo (Orgs.). **Perplexidade na Universidade – Vivências nos Cursos de Saúde**. São Paulo: Hucitec, 2006.